

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

ELISANDRA ROSA

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR FRENTE À DIVERSIDADE SOCIAL

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2014

ELISANDRA ROSA

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR FRENTE À DIVERSIDADE SOCIAL

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Ibaiti, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador(a): Prof. João Enzio Gomes Obana

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2014



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de
Ensino



TERMO DE APROVAÇÃO

A formação do professor frente à diversidade social

por

Elisandra Rosa

Esta monografia foi apresentada às 20h30min do dia 11 **de dezembro de 2014** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de Ibaiti, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. A candidata foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. João Enzio Gomes Obana
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientador)

Prof. André Sandmann
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Vanessa Hlenka
UTFPR – Câmpus Medianeira

Dedico este trabalho aos meus filhos que tiveram ao meu lado durante todo esse tempo me dando apoio e carinho para que fosse possível chegar ao fim dessa longa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar presente em todos os momentos e me possibilitar chegar até aqui com mais uma importantíssima conquista em minha vida.

Aos meus pais, pelo amor e dedicação, por sempre me incentivarem e me permitirem sonhar.

A todos da minha família, pelo apoio, por estarem sempre comigo e acreditarem em minha capacidade de construção.

A meu orientador Professor João Enzio Gomes Obana pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Todo o ato educativo é um ato feito de desafio, de imprevisível, de novo. É no confronto com as exigências que o cotidiano nos traz, que nos vamos fazendo mais e melhores educadores.” (Peças, 2003, p. 141).

RESUMO

ROSA, Elisandra. A formação do professor frente à diversidade social. 2014.42f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

A presente pesquisa teve como objetivo discutir a formação do professor enfatizando teoria e prática e a inclusão social. Para o alcance desse objetivo foi feito um levantamento bibliográfico baseado em ideias e pensamentos de diversos autores os quais falam sobre a formação docente e os saberes necessários para o ato educativo. Ser professor não é tarefa fácil, pois exige dele formação contínua, comprometimento, ética, pensamento crítico e amor pelo que se faz. Nesse sentido ele deve buscar a qualidade constante em sua formação, não se tornando um simples transmissor de conhecimentos. E sim um agente transformador, capaz de despertar no aluno autonomia, criticidade e interesse pelo aprender.

Palavras-chave: Educação. Formação. Professor. Aluno.

ABSTRACT

ROSA, Elisandra. **Teacher education across the social diversity**. 2014. 37f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

This work had as thematic... This research aimed to discuss teacher training emphasizing theory and practice and social inclusion. To achieve this goal was made a literature -based ideas and thoughts from various authors who talk about teacher training and knowledge necessary for the educational act. Being a teacher is not an easy task as it requires training, commitment, ethics, critical thinking and love for what you do. In this sense it must constantly seek quality in their education, not becoming a mere transmitter of knowledge. And yes a transformer, able to arouse learner autonomy, criticality and interest in learning from the agent.

Keywords: Education. Training. Teacher. Student.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	11
2.1 TIPO DE PESQUISA	11
3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	12
3.1 EDUCAÇÃO	12
3.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA	16
3.3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	19
3.4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES	22
3.4.1 Contextualizando a formação de professores no Brasil	22
3.4.2 Aspectos legais da formação de professores	26
3.4.3 Formação continuada de professores	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a educação enfrenta muitos desafios no desenvolvimento das práticas cotidianas, transformar-se, para ser capaz de garantir um ensino de qualidade e a permanência das crianças na escola, de modo que elas possam compreender a sua importância como sujeitos dessa sociedade onde estão inseridos. Diante desse contexto o presente trabalho tem a intenção de pesquisar sobre alguns fatores condicionantes para que a educação de qualidade aconteça de fato no interior das escolas.

Um dos principais fatores que condiciona a transformação social é a educação, mas para que ela aconteça de uma forma satisfatória é necessária uma mudança de paradigma, principalmente em relação á dos professores, uma vez que, que estes são os principais responsáveis em passar os saberes necessários à formação acadêmica dos alunos, pois são eles que terão o contato direto com os alunos no ambiente escolar. Por isso eles devem estar sempre buscando meios para inovar sua prática educativa, pois a diversidade existe e, é preciso estar preparado para saber como lidar com ela. A diversidade tratada aqui, não se refere apenas aos portadores de necessidades especiais, e sim, a todas as pessoas, pois a sociedade é diversificada, e cada indivíduo tem sua forma de pensar, agir e construir o seu conhecimento.

Outro ponto importante apresentado nessa pesquisa é a inclusão escolar, pelo fato da mesma ser considerada uma modalidade da educação escolar. A inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular já é realidade, apesar de muitas pessoas acharem que isto não é coerente. Diante das divergências de opiniões, a inclusão escolar torna-se cada dia mais um desafio para o sistema de ensino, pois ao mesmo tempo em que essa integração é garantida por lei, há uma resistência social à sua efetivação, isto acontece porque muitas vezes, eles são vistos como incapazes de realizar algo com seu próprio esforço.

É importante salientar que toda pessoa, deficiente ou não tem direito à educação, não simplesmente ser matriculado e frequentar uma sala de aula, e sim, uma educação transformadora, onde o aluno é atendido de acordo com suas particularidades, por isso a formação do professor deve ser constante, pois ele é o principal responsável nesse processo. Sendo assim, o professor deve compreender

a importância da inclusão e de sua participação enquanto sujeito articulador entre o aluno e o ensino aprendizagem.

A referida pesquisa justifica-se pelo fato de que a inclusão escolar tem crescido a cada ano e, junto com isso veio o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos. Nesse sentido vê-se a necessidade da formação do professor como um dos principais fatores determinantes nesse processo. Visto que o desafio atual do professor é trabalhar em função de compreender ações que visem diminuir a distância entre o que a escola oferece e o que tem significado para o aluno. Por isso é importante sistematizar as experiências cotidianas dos alunos, pois o objetivo da educação é tornar o estudante construtor de seu próprio conhecimento.

Mediante esse contexto, a presente pesquisa tem como finalidade investigar quais as principais formas de concretizar a integração da pessoa portadora de necessidades especiais no ambiente escolar sem que ela se sinta excluída socialmente, bem como, analisar de forma crítica e minuciosa como os teóricos tratam a questão da prática pedagógica dos professores e quais estratégias deverão ser utilizadas por eles para atender de forma eficiente todos os alunos ao mesmo tempo.

Para desenvolver este trabalho utilizou-se a pesquisa que, quanto aos objetivos, pode ser classificada como descritiva. Quanto às fontes de dados, inicialmente trata-se de um estudo bibliográfico com tratamento qualitativo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.1 TIPO DE PESQUISA

Para desenvolver este trabalho utilizou-se a pesquisa que, quanto aos objetivos, pode ser classificada como descritiva. Quanto às fontes de dados, inicialmente trata-se de um estudo bibliográfico com tratamento qualitativo, o qual está fundamentado em ideias e pensamentos de autores clássicos e contemporâneos Masetto (1994), Nóvoa (1995), Demo (1996), Silva (2000), Tardif (2002), Libâneo (2002) especialistas na área da educação, especialmente nas questões referentes à formação do indivíduo.

Escolheu-se esses autores porque trazem importantes contribuições para o desenvolvimento do trabalho e também, pelo fato de utilizarem uma linguagem clara, simples e de fácil compreensão tanto para a pesquisadora como para os futuros leitores.

De acordo com Gil:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (Gil, 2006, p. 44):

Quanto à necessidade da rigorosidade de todo e qualquer trabalho científico e dos dados levantados na pesquisa, Severino (2002, p.145) assevera que:

Quaisquer que sejam as distinções que se possam fazer para caracterizar as várias formas de trabalhos científicos é preciso afirmar preliminarmente que todos eles têm em comum a necessária procedência de um trabalho de pesquisa e de reflexão que seja pessoal, autônomo, criativo e rigoroso. (SEVERINO, 2002, p.145).

No trabalho pessoal o pesquisador deve ter um envolvimento com o objeto de pesquisa, fazendo com que passe a ser parte de sua vida, sendo realmente uma problemática por ele vivenciada. Severino (2002) antecipa que a pesquisa não deve, portanto, ter nuance sentimental, mas necessariamente precisa ser um ato político.

De acordo com o mesmo autor:

[...] no processo criativo, não se trata de apenas aprender, de aprimorar-se da ciência acumulada, mas de colaborar para o desenvolvimento da ciência, fazendo avançar o conhecimento de seu estudo, buscando desvendar suas explicações. Juntamente com o trabalho criativo está o trabalho rigoroso que é ter domínio do instrumental científico, envolvendo técnicas, métodos, práticas e vivências que os resultados possam ser portadores de descobertas e de enriquecimento. (SEVERINO, 2002, p. 146).

De acordo com as palavras do autor, é possível compreender que o levantamento bibliográfico preliminar depende de uma infinidade de fatores, tais como a complexidade do tema e o grau de conhecimento que o estudante já dispõe a respeito.

Optou-se por este tipo de pesquisa porque o tempo estipulado pela universidade foi muito curto para realizar um trabalho que envolvesse análise e interpretação de dados.

3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

3.1 EDUCAÇÃO

Segundo os PCN's (1998, p. 15) a educação está na pauta das discussões mundiais. Partindo desse princípio, cada vez mais é se discute a importância que ela desempenha na vida de cada cidadão, bem como no desenvolvimento da sociedade.

Na concepção de Lima (2012, p. 14) “o papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades amplia-se ainda mais no despertar do novo milênio e aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos”.

Vive-se numa era caracterizada pela competição, onde o mercado de trabalho exige cada vez mais pessoas qualificadas para prestação de serviços. Tudo isso são gerados pela crescente evolução científica e avanços tecnológicos. Sendo assim, é necessário reavaliar de distintamente qual a função da escola e sua importância na sociedade brasileira, a fim de atingir os objetivos a serem alcançados.

A educação é uma prática social que possibilita a humanização dos seres humanos em determinada cultura. O fenômeno educacional pode ser compreendido com base em sua dupla dimensão: a primeira, no que refere à apropriação dos bens culturais produzidos ao longo da história; a segunda, a possibilidade de criar e recriar novos conhecimentos, valores e princípios. Em outras palavras, a educação é permanência e transformação em um processo interativo. (LIMA et al 2012, p. 15).

Diante dessa afirmação, pode-se dizer que o processo educacional ocorre de maneira informal nas diversas instâncias sociais, isto é, em casa, na rua, na igreja, no trabalho, enfim, em todos os lugares onde ocorre a interação.

Em relação a educação sistematizada oferecida pela a escola e sua finalidade os autores dão seu posicionamento afirmando:

A instituição escolar é uma criação humana e, ao longo de sua trajetória, tomou diferentes feições e características e apresenta especificidades quanto à sua finalidade e organização e às relações estabelecidas entre os sujeitos envolvidos no processo educativo, pois é determina pela concepção de ser humano, sociedade e educação dos envolvidos no processo. (LIMA et al, 2012, p. 16).

Nesse sentido, a educação escolar não é simplesmente um reflexo das relações de produção, nessa direção, entende-se que a função social da escola “deva ser a formação da consciência humana por meio do conhecimento científico”. (LIMA et al, 2012, p. 16).

As mesmas autoras explicam que, com o intuito de superar essa proposição, defende-se que “a escola, considerados os seus limites, deve resistir a todas as tentativas de interferência da ideologia dominante que, além de miséria material, provoca miséria intelectual”. (LIMA et al, 2012, p. 17).

Com base nessas considerações, propõe-se a luta pela garantia de uma escola pública de melhor qualidade, possível nos dias atuais, bem como a defesa da instituição escolar como um espaço de apropriação de conhecimentos sistematizados que possibilitem uma concepção mais elaborada de mundo e a apreensão de suas múltiplas e complexas dimensões, visando a uma atuação humana mais racional e consciente. (LIMA et al, 2012, p. 17).

O espaço escolar precisa possibilitar ao educando instrumentos teóricos e bases de análises críticas que possibilitem a ele o entrecruzamento dos diferentes conhecimentos adquiridos nos diversos contextos nos quais ele atua. Os objetivos educacionais devem fazer emergir uma plataforma educativa que promova a construção de novos horizontes sobre o pensar e

o atuar na sociedade, com base na construção, na elaboração e na ressignificação do conhecimento. (LIMA et al, 2012, p.18).

Diante disso, os envolvidos no “processo educativo podem realizar um trabalho pedagógico pautado na verdadeira função social da escola: formação da consciência humana por meio do acesso aos conhecimentos elaborados pelos homens”. (LIMA et al, 2012, p.18).

No espaço escolar, há diferentes profissionais que contribuem para a organização dos meios de trabalho escolar em função de sua especificidade e dos objetivos educacionais, assegurando as melhores condições possíveis para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem do aluno. São esses profissionais que irão pensar em ações que propiciem o encaminhamento efetivo e coerente do processo ensino aprendizagem.

Ao referir-se sobre esse assunto Wihby et al dizem o seguinte:

Ao se pensar na função social da escola, apresenta-se como condição remeter-se a uma concepção de sociedade e de homem. Isso porque a escola é uma instituição dessa sociedade e, para ser compreendida precisa ser olhada no conjunto das relações sociais mais complexas, ou melhor, não se pode pensar a escola por ela mesma. Para evidenciar suas especificidades, é necessário entender a intrincada realidade social, um mundo vivido. (Wihby et al, 2007, p. 15).

Nesse sentido, é necessário refletir sobre a real função da escola e sua importância na sociedade. Pois formar um cidadão pleno é um dos objetivos centrais da educação. Todavia, tal tarefa não é tão simples e nem está sendo cumprida como seria desejável, como fica evidente nos episódios de corrupção, violência e destruição do patrimônio histórico e tantos outros que se fazem presentes na sociedade.

Vive-se hoje em uma sociedade marcada por diversas contradições, entre as quais pode-se apontar o fato de o discurso da igualdade entre os homens não se aplicar na prática. Um número expressivo de pessoas vivem abaixo da linha da miséria, e o desemprego e a corrupção fazem parte do cotidiano. Nesse contexto a escola é chamada a atender às demandas do mercado de trabalho, como, por exemplo, formar cidadãos competentes para o mercado de trabalho para atender as necessidades dos novos modelos de produção, no entanto, o problema não se resolve nos limites da instituição. (WIHBY et al, 2007, p. 16).

Na visão dos autores Wihby et al (2007), entre os problemas sociais mais graves vividos hoje estão a perda da capacidade de luta social e a ausência de reflexos sobre o mundo onde se vive. As demandas cotidianas se limitam àquelas impostas pelo mercado, particularmente, aos meios de comunicação.

De acordo com a leitura realizada para a elaboração dessa pesquisa verificou-se que no Brasil a educação é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Diante disso é importante ressaltar a importância da escola e dos professores nesse processo de transformação social.

O que pode ser comprovado a partir do disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, onde encontramos alguns artigos que fazem menção a esses princípios (LDB, 1996):

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...]

Art. 9º A União incumbir-se-á de: [...]

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum; [...]

Art. 27º. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; (LDB, 1996).

Nos artigos da LDB 9394/96 citados acima se pode perceber a ênfase que é dado aos dois objetivos considerados como finalidades da educação: a instrução – a necessidade de um currículo que assegure conteúdos mínimos e uma formação básica comum – e também a formação para o exercício da cidadania, o que pode ser denominado como formação ética dos futuros cidadãos brasileiros.

Nesse sentido evidencia-se a necessidade de uma educação de qualidade em nosso país, educação esta que venha formar cidadãos ativos, atuantes, lutadores e críticos, capazes de fazer intervenções, quando for necessário. “Esse contexto leva à reflexão que, tendo a educação todos esses objetivos a cumprir, será que a escola está preparada com profissionais qualificados para cumprir também com sua função social?” (PIMENTA, 1999, p. 67).

A escola desempenha um papel muito importante na formação do indivíduo, uma vez que ela é a responsável pela sistematização das experiências trazidas pelos alunos. Um sujeito imprescindível nesse processo é o professor, pelo fato de estar em contato direto com os alunos. Sendo assim, ele precisa estar sempre refletindo sobre sua prática pedagógica e ir a busca de novas estratégias de trabalho para poder atender as necessidades de seus alunos. (PIMENTA, 1999, p. 67).

Ser professor hoje, não é simplesmente passar o conteúdo e explicar, mas sim, fazer com que o aluno aprenda e reflita sobre suas ações, de modo que compreenda o porquê de cada conteúdo ensinado na escola. Por isso, o professor precisa ter consciência que ser educador é uma tarefa muito complexa, por isso ela deve estar em constante formação, pois a cada dia que passa, ele se depara com inúmeros desafios que exigem dele muito conhecimento, habilidade e competência para superá-los. (PIMENTA, 1999, p. 68).

3.2 Educação inclusiva

Falar sobre a inclusão na atualidade é uma tarefa muito complicada, pois se trata de um tema bastante polêmico, pelo fato de envolver muitos sujeitos, ou seja, a inclusão escolar não envolve apenas a criança com necessidades especiais, como também, as famílias, os professores e toda a comunidade onde ela está inserida. O objetivo da inclusão educacional é tornar a sociedade mais justa, para tanto, é necessário desenvolver um trabalho voltado à formação humana.

Ao analisar a educação escolar ao longo de sua trajetória histórica, nota-se que ela se caracterizou como sendo um privilégio de um grupo de pessoas, ocasionando assim a exclusão de uma parte da população. Partindo desse pressuposto o MEC elaborou um documento trazendo algumas reflexões:

A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõe a relação, naturalizando o fracasso escolar. (MEC, 2010, p. 10).

A questão da inclusão/exclusão é um tema que necessita ser estudado com muita ênfase pelos profissionais da educação, pois não basta apenas matricular o aluno na escola, é preciso garantir a ele um ensino de qualidade, onde ele possa se sentir incluso como um cidadão capaz de produzir e construir conhecimento.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (MEC, 2010, p. 11).

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidencia a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central na superação de lógica da exclusão.

A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas (MEC, 2010, p. 11).

Nesta perspectiva o MEC-Ministério da Educação/Secretaria de educação especial apresenta a Política Nacional de educação especial na Perspectiva da Educação inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos (MEC, 2010, p. 11).

Nesse sentido Rosa coloca:

O princípio da educação inclusiva é um processo educacional que busca atender a criança com necessidades especiais na escola ou na classe de ensino regular. Para que isso aconteça, é fundamental o suporte dos serviços da área da educação especial por meio de seus profissionais. A inclusão é processo inabalado que ainda precisa ser frequentemente revisado. (ROSA, 2003, p. 22/23).

Para Rosa (2003), a partir do momento em que se compreende a educação

inclusiva passa-se a promover uma educação transformadora, isto é, uma educação que vise a atender o aluno a partir de suas potencialidades, respeitando seus limites e o seu tempo para aprender.

Tratando-se dessa questão o Referencial Curricular Nacional aponta:

Além do fluxo de ideias precursoras, surge em 1990 o movimento em prol da sociedade inclusiva iniciado pelas Nações Unidas, mediante Resolução desse organismo em defesa de uma Sociedade para Todos, configurando assim a normativa universal que fundamenta a implantação da inclusão. Essa abrangência foi definida no âmbito educacional, em 1994, através do conhecido Encontro de Salamanca (Espanha) resultando o documento “Declaração de Salamanca”, assinado por diversos países. (RCN, 2000, p. 26).

Segundo o RCN, tal documento, que marcou época, determina a transformação das instituições educacionais em “Escolas para Todos”, que têm como princípio orientador a inclusão de todo aluno, em seu contexto educacional e comunitário.

De acordo com o documento citado anteriormente, a partir dessas discussões, surge “a visão integral do desenvolvimento, na qual o aluno é considerado como pessoa autônoma, inserida num determinado contexto sócio, histórico e cultural”. Contempla essa declaração a necessidade de implementação de uma Pedagogia voltada para a diversidade e necessidades específicas do aluno em diferentes contextos, com a adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas que possam beneficiar a todos os alunos (RCN, 2000).

Observou-se também que, a Secretaria de Educação Especial tem participado desse processo, manifestando sua preocupação com a educação desse público. Nesse contexto, esta Secretaria sugere às instituições de ensino algumas ações que considera importante enquanto recursos de apoio à educação dessas crianças, ressaltando que o RCN apresenta características relevantes e propiciadoras à prática de uma educação inclusiva.

Através das pesquisas foi possível constatar que a escola encontra-se perante um desafio, conseguir que todos os alunos tenham acesso à aprendizagem básica, por meio da inclusão escolar de todas as crianças, respeitando as diferenças culturais, sociais e individuais, que podem configurar as chamadas necessidades educacionais especiais.

Certas necessidades educacionais são comuns a todos os alunos, e os professores conhecem muitas estratégias para dar-lhes respostas. Outras necessidades educacionais podem requerer uma série de recursos e apoios de caráter mais especializado para que o aluno tenha acesso ao currículo e adquira uma boa aprendizagem.

Em relação ao contexto da educação inclusiva e o perfil do profissional dessa área Libâneo contribui ressaltando que:

A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino parte do pressuposto da própria natureza da escola comum, segundo a qual todas as crianças de uma comunidade têm o direito de estudar juntos na mesma escola. É importante ressaltar que a escola não pode pedir requisitos, não pode selecionar as crianças para realizar a matrícula. (LIBÂNEO, 2002, p. 98).

Segundo Libâneo (2002), “a escola inclusiva é aquela ligada à modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, inclusive as associadas a alguma deficiência”. Portanto o profissional da educação de ensino deve estar preparado para superar qualquer obstáculo que com certeza irá encontrar no decorrer de sua carreira profissional e pessoal. Por isso é importante que se adote uma abordagem transdisciplinar, baseada na transposição adequada dos limites dos diversos campos de conhecimento e da ação das diferentes especialidades, conservando, contudo, o núcleo básico de atuação de cada uma.

Para que aconteça a inclusão, é necessário que todos da comunidade escolar profissionais, educadores, familiares, colegas, amigos e sociedade estejam preparados e envolvidos nessa batalha, pois para encarar esse desafio é preciso que todos tenham o compromisso de fazer com que os educandos incluídos se sintam acolhidos por todos, e a partir daí seja capaz de participar das atividades ativamente construindo sua própria aprendizagem.

3.3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Através das pesquisas acerca do tema proposto teve-se como premissa verificar por meio de leitura de alguns documentos, leis e decretos se realmente as

orientações que se apresentam sobre o paradigma de inclusão estão de fato baseadas na evolução de conceitos anteriores e nos progressos científicos e tecnológicos, pertinentes à educação geral. Nesse contexto prioriza-se a valorização da dimensão humana, da criança cidadã com seus direitos fundamentais e deveres garantidos, desde seus primeiros anos de vida.

A partir da análise e reflexão de documentos referentes ao contexto apresentado, constatou-se que a partir dos movimentos internacionais e da LDB, efervesceu, no país, um movimento de enorme força sinalizando que todas as pessoas têm direito à educação, independentemente de classe, raça ou gênero, incluindo aqueles que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais e intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente e que, no processo de interação sócioambientais, apresentam necessidades educacionais especiais (MEC, 2010, p. 12).

O Brasil se destaca nos últimos anos pelos avanços relacionados à efetivação do direito de todos à educação, estabelecido na Constituição Federal de 1988 e fundamentado no paradigma da inclusão, nos direitos humanos e na articulação entre o direito à igualdade e à diferença as quais abriram caminhos para a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos.

A concepção de educação inclusiva que orienta as políticas educacionais e os atuais marcos normativos e legais rompe com uma trajetória de exclusão e segregação das pessoas com deficiência, alterando as práticas educacionais para garantir a igualdade de acesso e permanência na escola, por meio da matrícula dos alunos público alvo da educação especial das classes comuns de ensino regular e da disponibilização do atendimento educacional especializado. (MEC, 2010, p. 13).

Diante disso, fica evidente a necessidade de o professor conhecer profundamente o que significa e o que é inclusão, para tanto é necessário estudar, refletir e analisar de forma crítica e minuciosa os documentos, as leis, normas e as resoluções que asseguram a inclusão escolar.

A Constituição Federal em seu capítulo III, art. 205 diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (C. F., 1988, p. 19).

Assim sendo, a educação é um direito de todos, portadores de necessidades especiais ou não. E, para que uma criança com necessidades especiais possa aprender de fato, são necessárias modificações que incluem: formação de professores, equipamentos e instalações especiais, métodos ou técnicas específicas e algumas adaptações no currículo, porém os objetivos e os conteúdos devem ser os mesmos estabelecidos pela matriz curricular.

Constatou-se que no artigo 208, III, da Constituição Federal estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais receberem educação, preferencialmente na rede regular de ensino. A diretriz atual é a da plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de dois direcionamentos principais: o direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação, sempre que possível, junto às demais pessoas, nas escolas regulares. (CF, 1988).

Em 2006, a Organização das Nações Unidas- ONU aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, conceituando a deficiência como o resultado da interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras, nas atitudes e nos ambientes, que impedem a sua plena participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (MEC, 2010, p.13).

Percebe-se então que a partir desta Convenção, os estados brasileiros assumem o compromisso de assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Para tanto, deve assegurar que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema geral de ensino e realizar medidas que efetivem o pleno acesso a educação em ambientes que maximizem seu desenvolvimento escolar e social.

A partir deste referencial, a educação especial é estruturada por meio de três eixos:

- constituição de um arcabouço político e legal fundamentado na concepção de educação inclusiva;
- institucionalização de uma política de financiamento para a oferta de recursos e serviços para a eliminação das barreiras no processo de escolarização;
- e orientações específicas para o desenvolvimento das práticas pedagógicas inclusivas. (MEC, 2010, p. 13).

Sendo assim, é preciso repensar a educação inclusiva, na perspectiva de realmente oferecer uma educação de qualidade que atenda a todos ao mesmo tempo, porém, respeitando as especificidades de cada um, evitando assim, a exclusão, não só do direito de educar-se de forma integral, como também de participar ativamente das questões sociais como um cidadão que pode e deve agir na busca de uma sociedade justa e igualitária que todos almejam alcançar.

3.4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação de professores tem sido um tema bastante discutido na atualidade. Isto se deve ao fato das profundas transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas na sociedade, especialmente em relação a educação (PEREIRA, 2000, p. 47). Partindo desse pressuposto o presente trabalho apresenta algumas considerações sobre o tema baseadas em ideias de diferentes autores.

Abordar a problemática que envolve a formação de professores é tarefa que tem se revelado bastante complexa devido às rápidas transformações presentes na sociedade atual que estão a requerer dos profissionais que nela atuam novas competências para atender às exigências não só do mercado de trabalho, como também da própria sobrevivência numa comunidade onde conhecimentos cada vez mais diversificados passam a ser necessários. (PEREIRA, 2000, p. 47).

Discutir sobre o perfil do educador pressupõe inicialmente o conhecer histórico e o conceito desta profissão. Assim, a literatura existente sobre o papel do educador é bastante vasta, ela indica os desafios constantes voltados à formação contínua desse profissional. Neste contexto de mudanças, o perfil do educador não pode mais ser pensado como uma simples questão de formação teórica de alguém que transmite conhecimento a outro. (PEREIRA, 2000, p. 47).

3.4.1 Contextualizando a formação de professores no Brasil

Pensar sobre a formação de professores dentro da historicidade apresentada na educação brasileira exige fazer uma rápida retrospectiva que proporcione uma visão sobre o quadro de formação desses profissionais.

No início, foi uma tarefa para os jesuítas, instituída no período de colonização, caracterizar o ensino por uma sólida formação humanista cristã, fazendo com que a escola assumisse um caráter pedagógico, didático e formativo. Nesse contexto, a organização social e cultural importada da Europa determinava a ação educativa dos padres jesuítas, que segundo Romanelli visava apenas formar letrados eruditos.

O apego ao dogma e à autoridade, a tradição escolástica e literária, o desinteresse quase total pela ciência e a repugnância pelas atividades técnicas e artísticas tinham forçosamente que caracterizar, na colônia, toda a educação modelada pela metrópole, que se manteve fechada e irredutível ao espírito crítico e a análise à pesquisa e à experimentação. (ROMANELLI, 1984, p. 34).

A educação proposta pelos jesuítas visava à formação de novos mestres. Seus colégios formavam a partir das transmissões de ideias, saberes, conhecimentos, crenças e valores, desenvolvendo atitudes e sentimentos. Nesse contexto, eles instruíam, treinaram e direcionaram seus alunos, futuros mestres.

Em seguida, foram criadas as primeiras escolas de formação de professores na década de 1830, sendo no Rio de Janeiro, em 1835, a primeira Escola Normal. Sobre essas instituições, às quais cabia a formação de professores, Romanelli (1984, p. 73) diz que foram criadas, até 1881, pelo menos dez escolas normais em várias províncias. A formação ofertada por essas escolas priorizava o currículo centrado nos conteúdos da escola primária e incluía formação pedagógica em uma disciplina.

Nesse período, a formação do professor não era considerada vital para o exercício do magistério e, por isso, houve pouca procura para os cursos. O insucesso das escolas normais e os poucos resultados produzidos conduziram os dirigentes a não considerarem esses cursos, nomeando, geralmente, para exercer a profissão de professor pessoas de prestígio na comunidade. (ROMANELLI, 1984, p. 74).

Durante o século XX, a escola consolidou-se como promotora da difusão do conhecimento, preocupando-se com a qualidade e as condições necessárias para assegurar o direito das crianças, jovens e adultos às aprendizagens imprescindíveis para desenvolverem suas capacidades.

Várias reformas aconteceram em 1920 e foram empreendidas nos cursos normais, entre elas as realizadas por Lourenço Filho, Anísio Teixeira e outros. Essas reformas trouxeram outro significado para a profissão de professor. Foi atribuído um papel fundamental na promoção do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, a crença na possibilidade de disseminação do conhecimento científico. Passaram a serem realizados os primeiros Congressos de Educação. Os cursos normais foram reformulados e ampliados para quatro anos (ROMANELLI, 1984, p. 74).

Esse modelo de escola originada nos anos de 1920 perdurou até 1970, nessa fase o professor foi bastante valorizado e tido como detentor do conhecimento. Partindo desse princípio, o professor deve ser valorizado sim, pois todo ser humano trabalha mais contente quando é estimulado, porém, não deve ser visto como detentor do conhecimento, uma vez que, sempre há uma novidade para aprender. Ou seja, por meio do convívio social, o indivíduo aprende e ensina constantemente, esse processo de ensino aprendizagem ocorre ao longo da vida de todas as pessoas.

Na década de 80 houve um ciclo de mudanças em vários países, impulsionadas pelas exigências sociais para uma melhoria da qualidade na educação. No Brasil, esse período caracterizou-se pelos movimentos de educadores e pela discussão sobre a formação. Intensificaram-se os estudos e proposições para os cursos de licenciaturas, sobretudo os do Comitê Pró-Participação ao projeto na Definição da Formação do Educador que deu origem a ANFORE. (ROMANELLI, 1984, p. 76).

Diante dessa afirmativa, percebe-se que essa década foi caracterizada, também, por algumas articulações nacionais em função da Lei de Diretrizes e Bases, como reformas curriculares, disseminação de programas de formação continuada, criação de “propostas do MEC alusivas ao projeto Dos Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM) que foram encaminhadas e implementadas por muitos estados brasileiros”. (ROMANELLI, 1984, p. 76).

Nos anos 90, o curso de Pedagogia passou a assumir a docência como eixo articulador do processo de formação. Alguns pesquisadores chegaram a considerar essa década como a “década da formação docente”, principalmente pela difusão do livro “Os professores e sua formação”, coordenação pelo professor português Antônio Nóvoa, como também pela significativa contribuição da professora Izabel Alarcão, disseminada no I Congresso sobre

Formação de professores nos Países de Língua e Expressão Portuguesas, realizado em Aveiro, em 1993, no qual houve uma participação significativa de pesquisadores brasileiros. (TANURI, 2000, s/p).

De acordo com Pimenta (2002, p. 77), os dois colegas portugueses citados anteriormente passaram a vir ao Brasil com grande frequência a partir de convites de Universidades, associações científicas do próprio governo e das escolas particulares. Essas frequentes visitas trouxeram ao Brasil uma rica colaboração, justificando o porquê de tanta admiração dos educadores brasileiros por eles.

No início dos anos 90, houve também a promulgação da Constituição Federal (1988) que incorporou em seus princípios a valorização do magistério e pela Declaração Mundial de educação para Todos (Jomtien, Tailândia, 1990), o compromisso internacional firmado por inúmeros países, inclusive o Brasil. Este previa a melhoria urgente das condições de trabalho e da situação social do pessoal docente, elementos decisivos no sentido de se implementar a educação para todos. Indicava, ainda, a necessidade de medidas em relação á formação continuada, profissão, carreira e salários, éticas profissionais, direitos e obrigações, seguridade social e condições mínimas para um exercício docente eficaz. Entretanto, os princípios explicitados na constituição não foram implementados e, quanto à Declaração de Jomtien, no Brasil, em nenhum aspecto recebeu a atenção merecida, tão logo veio a público, no entanto, com o passar dos anos, algumas medidas foram sendo tomadas no sentido de melhorar a qualidade da educação e das condições de trabalho dos professores, bem como de intensificar o diálogo da sociedade civil sobre as questões educacionais. Diante da realidade brasileira, essas iniciativas representam apenas passos da sociedade.

Em 1993, iniciou-se uma ampla mobilização nacional em torno da elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, que culminou com o Pacto de Valorização do magistério e Qualidade de educação, com o objetivo de estabelecer e programar uma política de longo alcance para a profissionalização do magistério com vistas à elevação dos padrões de qualidade de educação básica. Posteriormente, foi criado o fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, implantado a partir de janeiro de 1998, que incorporou parte considerável das recomendações do Pacto. (PIMENTA, 2002, p.78).

Ao analisar o histórico da educação em relação às ações a favor da melhoria da qualidade da educação nota-se que além dessas ações apontadas acima pelo autor, há outras ações que também têm marcado a década de 90: a aprovação de Lei de Diretrizes e Bases Nacionais, a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a criação da TV Escola, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, dos livros didáticos brasileiros pelo Ministério da Educação, iniciativas de reorientação curricular e formação continuada de professores, algumas experiências inovadoras de formação de professores em nível superior e algumas parcerias interinstitucionais importantes visando a busca de soluções conjuntas para problemas comuns, além de se intensificarem os debates favor da qualidade da educação escolar na mídia e na opinião pública. (PIMENTA, 2002, p.79).

3.3.2 Aspectos legais da formação de professores

A formação dos docentes de qualquer nível ou modalidade deve considerar como meta o disposto no art. 22 da LDB. Este artigo estipula que a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A Lei nº 9394/96 indica diretrizes curriculares para a formação inicial de professores. Em seu artigo 61, explicita:

Art. 61 – A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I- Associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II- Aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades. (BRASIL, 1996, 78).

O artigo 61 dispõe sobre a organização dos diferentes cursos de formação de profissionais da educação, aproveitando experiências anteriores e buscando inovações mediante a capacitação, devendo atender aos objetivos da educação básica.

Os artigos 62 e 63 da Lei educacional referem-se à criação dos Institutos Superiores de Educação (ISEs) e estabelecem como regra a formação dos

profissionais da educação em nível magistério, no âmbito da educação infantil e das quatro primeiras séries do ensino fundamental, a formação de nível médio na modalidade.

A Resolução CNE/CP 01/99, que versa sobre os Institutos Superiores de Educação, inclui os Cursos Normais Superiores, os quais poderão formar docentes tanto para educação infantil como para o ensino fundamental, aí compreendida também a preparação específica para educação de jovens e adultos equivalente aos anos iniciais do Ensino Fundamental (artigo 6º, inciso 1º, V). O Decreto nº 3.276/99, dispõe sobre a formação de professores em nível superior para atuar na educação básica.

A Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que fixa as Diretrizes para os novos planos de Carreira e de Remuneração do Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, retoma o que está prescrito no art. 62 da LDB 9394/96, nos seguintes termos: Art. 4º - “O exercício da docência na carreira do Magistério exige como qualificação mínima: I – Ensino Médio Completo, na modalidade Normal, para docência na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental”.

A Resolução CEB 02/99, que cuida da formação dos professores na modalidade normal média, não se ausentou desta modalidade de educação básica. Assim, o inciso 2º do artigo 1º implica o mesmo compromisso de proposta pedagógica e sistemas de ensino com a educação escolar de qualidade para as crianças, os jovens e os adultos. Segundo Soares (2002, p. 79), isto quer dizer “que não se pode “infantilizar” a EJA no que se refere aos métodos, conteúdos e processos”.

Ao se pensar na formação da escola cidadã em uma era pós-moderna, é necessário pensar na formação do educador partindo de reflexões sobre as condições, sobre o modo como o conhecimento tem se produzido. Esse processo indica que os professores precisam transformar suas práticas em objetos de investigação, promovendo um processo de constante autoavaliação. Agindo assim, os métodos de educação estarão sempre sendo repensados.

É nesse sentido que nasce a ideia de professor reflexivo, devendo então a sua formação estar engendrada em diferentes espaços e momentos. Sobre esse assunto Silva afirma:

O primeiro momento seria o da formação inicial, que deve capacitar o educador para o exercício da atividade pedagógica em suas múltiplas especificidades, desde a tarefa docente, diretamente em sala de aula, como as tarefas administrativas e pedagógicas – direção, orientação/coordenação pedagógica; o segundo seria o da formação permanente, contínua, que acontece durante toda a trajetória profissional do educador, e se constitui em elemento inerente ao trabalho do educador e condição para melhor qualidade de ensino. (SILVA, 2000, p. 89)

A partir dessa ótica, a formação é aqui entendida como processo que se dá continuamente a partir do confronto da reflexão-ação-reflexão, ou seja, a importância do pensamento prático dos professores.

A prática reflexiva – a práxis – na formação de professores aborda a necessidade de desenvolvimento de uma ação consciente e responsável desse profissional da educação, pois para reconstruir a sua formação, ele precisa repensar a sua prática, refletir sobre a mesma para provocar novas formas de agir.

Sobre esse contexto Schon explicita:

Esse triplo movimento – reflexão – na ação; reflexão sobre a ação e sobre – a – reflexão – na – ação – deve estar inserido nas ações dos professores, à medida que traduz a sua própria prática vivida, pensada e refletida. Essa atitude reflexiva e investigativa se processará antes, durante e após a prática cotidiana, tornando-se assim uma práxis docente construída a partir da necessidade de uma nova postura de professores. (SCHON, 1995, p. 90)

Nesse sentido, pode-se dizer que a reflexão na ação constitui pensar sobre o fazer, no discurso do próprio fazer, para reelabora-lo, reforma-lo e transformá-lo de forma que a reflexão sirva para reformular as ações dos professores no discurso de sua intervenção profissional (SCHON, 1995, p. 91).

Diante disso, nota-se que o bom professor deve estar em constante formação, refletindo e reavaliando sua prática, contextualizando o conteúdo a ser ensinado com as experiências de seu alunado, intervindo para que as inúmeras informações se transformam em um conhecimento sólido e significativo.

O autor citado anteriormente faz mais uma importante consideração sobre a reflexão do professor.

A reflexão sobre a ação e a reflexão sobre a reflexão na ação consistem no reconstruir do fazer apenas mentalmente para então

analisa-lo retrospectivamente, em suas características e processos. É importante que os professores identifiquem os problemas de ensino que vivenciam no seu cotidiano com as propostas de solução existentes na literatura. Dessa forma, o professor aprenderia a ser educador refletindo sobre sua prática, problematizando-a, distinguindo as dificuldades que ela coloca, pensando alternativas de solução, testando-as, procurando esclarecer as razões subjacentes a suas ações, observando as reações dos alunos, verificando como aprendem, procurando entender o significado das questões e das respostas que eles formulam. (SCHON, 1995, p. 92).

Segundo a afirmativa de Schon (1995), é possível compreender que é na reflexão sobre a ação que o educador tem a oportunidade de conhecer, compreender e reestruturar o seu próprio fazer, produzindo sempre uma nova prática contextualizada.

Sobre o mesmo contexto Nóvoa também contribui afirmando:

A formação dos professores deve estimular a reflexão, fornecendo meios aos mesmos de pensamento autônomo, facilitando uma auto formação participativa. Esse processo constrói-se no interior da identidade pessoal, relacionando-se ao saber e ao conhecimento que se encontra no cerne desta identidade construída na práxis. (NÓVOA, 1995, p. 94).

Analisando a afirmação de Nóvoa (1995) esse seria um processo de flexibilidade que pressupõe os docentes a se autoanalisarem, promovendo dessa forma, uma prática teórica e crítica, para que possam atuar para além da “estagnação, do conformismo, e que sejam capazes de alcançar objetivos amplos, tanto para produzirem novos saberes, como para a socialização dos mesmos”. (NÓVOA, 1995, p. 94).

É nesse sentido que as escolas precisam buscar fortalecer e enriquecer seu referencial pedagógico, ressignificando constantemente a docência e o docente, os quais, cada um e todos, aprendem a decidir quais opções terão como centro de suas vidas e de seu próprio trabalho docente, com um responsável compromisso em educar, em incorporar as dimensões de uma “sociedade gentificada”. (NÓVOA, 1995, p. 95).

3.3.3 Formação continuada de professores

A formação continuada de professores é fundamental para o aprimoramento da sua prática pedagógica, uma vez que, a educação é um processo inacabado. Por isso há necessidade de o professor reconhecer-se como ser em permanente formação para que promova uma verdadeira aprendizagem, em qualquer etapa da sua vida.

A atual sociedade do conhecimento exige pessoas autônomas, críticas, criativas, que saibam aprender a aprender e transformar a realidade onde vive. Tais competências são indispensáveis para que a avalanche de informações que se recebe diariamente se traduza em efetivo conhecimento.

A escola, formadora dos cidadãos para atuarem dessa forma crítica e reflexiva nesta sociedade, recebe novas atribuições e deveres. O ensino conservador ficou no passado, agora é o momento em que os professores e alunos precisam assumir o papel de produtores do conhecimento mais críticos, criativos, autônomos e transformadores da realidade.

Pensar o ensino parece ser o caminho para uma efetiva mudança de paradigmas dentro das escolas e universidades. Para que nessas instituições aconteça uma efetiva e significativa educação. Faz-se necessário repensar como ensinar e como aprender, de modo a corresponder com as necessidades da sociedade. Esse movimento paradigmático impele a pensar a profissão do professor, sua formação e as questões que afetam o trabalho entre educador e educando em sala de aula.

O processo de formação docente é amplo, mas se pode destacar vários fatores que podem interferir para otimizar a melhoria do ensino nas escolas e universidades, dentre eles a informatização e a criação de novos ambientes de aprendizagens, as políticas públicas de fato comprometida com um ensino de qualidade, valorização e maior remuneração dos docentes, bem como a formação de professores mais adequadas às mudanças da prática pedagógica exigidas pela sociedade do conhecimento.

A formação continuada dos docentes aparece como fator decisivo para a realização de uma nova prática pedagógica nas instituições de ensino dos diferentes níveis. Ela ganha destaque nas propostas de melhoria do ensino apontadas por renomados educadores, como Behrens (1996, p.105) Demo (1994, p. 32), Morin

(2001, p. 29), Masseto (1994, p. 36), Nóvoa (1992, p. 9) e Tardif (2002, p. 19). Nesse sentido cabem as palavras de Nóvoa (1992, p. 9) “Não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica, sem uma adequada formação de professores”. Assim, ganha primazia a formação de docentes, inicial ou continuada, nas discussões relativas às transformações e inovações da área educacional.

Ser professor no contexto das inúmeras mudanças trazidas pela sociedade do conhecimento constitui-se num grande desafio. Nesse sentido Lima afirma:

A atividade docente não se restringe mais ao domínio de conteúdos disciplinares e técnicas para transmiti-los. Entre as novas atribuições e deveres da escola e dos professores, ganha posição de prevalência o ensino que leva à produção do conhecimento, à reflexão crítica e ao exercício de problematizar e questionar autores, pois são essas as habilidades e competências que permitem aos alunos atuar como cidadãos críticos e de fato participativos da sociedade na qual estão inseridos. (Lima, 2004, p. 18).

Segundo Lima (2004), “para se ter êxito neste novo processo de ensino aprendizagem, o professor precisa oferecer um ensino coerente com o paradigma emergente ou da complexidade”. Ou seja, o professor deve oferecer aos alunos momentos significativos de aprendizagem, onde ele possa se sentir como sujeito ativo nesse processo de busca e produção de conhecimento.

A respeito da formação continuada na profissionalização docente Moreira afirma que:

Tanto a escola como os profissionais da educação escolar, estão passando por um processo de metamorfose, de reinvenção. Todos os sujeitos, neste mundo em emergência, precisam de condições subjetivas para atuar no mundo cotidiano e do trabalho, para ir além da apropriação da cultura, mas também para a construção de estruturas mentais avançadas, estruturadas e estruturantes. Em resumo, a intervenção educativa, isto é, as instituições educativas pertinentes e relevantes neste novo mundo, do qual são partes integrantes, são cada vez mais indispensáveis e insubstituíveis. Este momento histórico está pondo em foco a formação inicial e continuada dos professores. (MOREIRA, 2002, p.17).

Sendo assim, as atividades de formação que ocorrem após a conclusão do curso de habilitação inicial, ao longo da carreira profissional, atribui-se a denominação de formação continuada. São atividades que visam principalmente

melhorar os conhecimentos, as ações dos professores na busca de mais eficácia na sua atuação docente, visando sempre o melhor para seus alunos.

Atualmente há uma necessidade decorrente do próprio contexto histórico e social, de conceber-se a formação de professores como um processo de educação permanente. Visto que a escola é responsável pela formação dos sujeitos que atuam neste contexto, precisa modificar-se.

Sobre esse contexto o autor também faz algumas pontuações dizendo o seguinte:

A escola como responsável pela formação dos sujeitos que atuam nessa sociedade precisa modificar-se para poder contribuir com a formação de cidadãos capazes de informar, de ampliar esta informação, de atuar-se e mover-se no mundo do trabalho dentro de um viver ético, com responsabilidades partilhadas. (MOREIRA, 2002, p. 18).

Diante disso, pode-se observar que a formação continuada deve possibilitar ao educador a reconstrução de sua identidade, fornecendo sempre a ele os meios de um pensamento autônomo, mas que facilite a autoformação participada. Pois segundo o autor acima referenciado “estar em formação implica um investimento pessoal, com vistas à construção de uma identidade profissional” (MOREIRA, 2002, p. 19).

Autores como Fusari e Rios (1995, p. 110), Nóvoa (1995, p.111) e Zeichner (1993, p. 112) enfatizam a necessidade de que os projetos de formação continuada de professores sejam pensados e realizados a partir de alguns pressupostos que considerem o professor como sujeito do processo de construção do seu próprio saber.

Nesse sentido Fuzari e Rios dizem o seguinte:

É importante destacar alguns aspectos que devem pautar uma política para a educação do educador em serviço. É preciso considerar que a educação continuada deve ser pensada e realizada como um processo que acontece em diferentes fases, e que estas representem a continuidade do trabalho, sempre procurando fazer uma relação do contexto de trabalho interescolar com a consciência em relação à realidade social mais ampla. (FUZARI E RIOS, 1995, P. 113).

Analisando as palavras dos autores Fuzari e Rios (1995) pode-se dizer que a formação continuada é então, o fator determinante da prática pedagógica do professor, pois à medida que o professor busca ampliar seus conhecimentos, mais preparado ele fica para desenvolver um trabalho mais significativo e com mais qualidade para seus alunos.

Nóvoa (1995, p. 114) destaca que “a formação de professores deve estimular a reflexão e fornecer aos professores meios para elaborarem pensamentos autônomos e que estes venham auxiliar dinâmicas de autoformação”. Sendo assim, ao refletir sobre sua prática, a consciência do educador é ampliada em relação aos problemas e aos caminhos que ele pode seguir para uma atuação mais eficaz e competente.

Hoje, sabe-se que o educador não é um profissional pronto e acabado, precisa estar em constante aprendizagem, acompanhando e sendo agente de transformação. Assim, torna-se necessário reconhecer a importância e a responsabilidade do educador no trabalho com a criança, pois, é ele que vai complementar a ação da família, no que diz respeito ao desenvolvimento e a aprendizagem da criança, desde a mais tenra idade, ao desempenhar seu papel de mediador de novas aprendizagens, no contexto escolar. (NÓVOA, 2002, p. 112).

Apesar do avanço das discussões que os documentos refletem e dos esforços dos profissionais da educação, ainda são muitos os desafios para melhorar e garantir, na prática, a qualidade da educação.

A capacitação dos professores está relacionada ao saber e a experiência. Assim, as representações e o imaginário dos professores influenciam muito em sua prática pedagógica, principalmente em relação à educação inclusiva. Não basta falar da necessidade e relevância da inclusão das camadas populares, historicamente excluídas, mas deve-se acreditar nesta possibilidade para atuar na busca dessa concretização, pela ampliação de espaços de participação na vida pública (NÓVOA, 2002, p. 112).

O professor precisa estar aberto e sensível para superar preconceitos cristalizados socialmente e evitar que estes intervenham em sua prática pedagógica. Trabalhar com a inclusão exige muito do professor, pois além de sistematizar as experiências trazidas pelos alunos, ele deve mostrar que todos têm capacidade de aprender, porém, cada um tem seus limites e o seu tempo para aprender.

Nesse sentido Barcelos faz uma observação:

A formação do professor está intimamente ligada aos costumes, hábitos, conceitos, preconceitos. Tem muito que ver com as representações e com o imaginário social vigente. Essas representações são construídas através da história, no decorrer da vida, e é neste processo de vida e existência que são elaborados os valores, as imagens simbólicas e os afetos. Assim, formação e experiência são algo inseparáveis. (Barcelos, 2008, p. 30).

Segundo Barcelos (2008), o desenvolvimento profissional do professor e suas competências são construídos num processo contínuo, que começa em sua formação inicial e continua durante o desempenho de suas atividades, sendo, portanto, permanente.

Diante desse contexto, pode-se dizer que o professor deve estar sempre repensando sua prática pedagógica, pois a reflexão será um instrumento e desenvolvimento profissional, do pensamento e da ação. Desta maneira o professor passa a ser visto como sujeito que constrói seus conhecimentos profissionais a partir de sua experiência e saberes através de sua compreensão e reorganização, alcançadas entre teoria e prática.

Em relação à prática pedagógica do professor Alarcão coloca:

A prática pedagógica desenvolvida numa perspectiva reflexiva não se realiza apenas circunscrita ao contexto no qual ocorre, está dimensionada num contexto social maior, que representa também diferentes interesses e valores que a condicionam. (Alarcão, 2010, p. 44).

De acordo com as considerações apontadas por Alarcão (2010), pode-se dizer que ao estabelecer relações entre prática reflexiva e a participação nos contextos sociais, o professor estende suas atividades profissionais a uma situação social mais ampla, colaborando para uma mudança social ampliando o horizonte da compreensão crítica de sua atuação.

A partir deste contexto, o refletir e o pensar são ideias que precisam estar presentes, cada vez mais, na vida do professor e que exigem novas concepções nas formas de organização, gestão e ação das instituições de ensino, como também no processo educativo. Ao tratar-se ao professor nesse contexto, não refere-se somente àquele que está diretamente envolvido com o aluno, e sim a todos que fazem parte do coletivo escolar. Pois uma instituição de ensino só terá bons

resultados e atingirá suas metas com a responsabilidade e compromisso de cada um de seus sujeitos.

Precisa-se lançar um novo olhar para esta comunidade onde profissionais envolvidos interagem, tornando-a cada vez mais uma realidade reflexiva, viva e dinâmica, que desenvolve estratégias mais adequadas a cada momento em que surjam dificuldades, frente aos objetivos a serem atingidos. Diante disso, a reflexão deve ser vista como prática social, sob a qual um grupo de professores apoia e sustenta o crescimento uns dos outros. (ALARCÃO, 2010, p. 44).

Para ampliar seus conhecimentos, é fundamental que o professor realize sistematicamente uma reflexão sobre suas ações, de preferência antes e depois de aplicá-las, através de planejamento e avaliação. É preciso que procure entender por que uma criança se comportou de uma determinada forma diante de uma situação qualquer. Se as informações passadas estão se tornando em produção de conhecimento. Nesse sentido Ferreira et al colocam:

O professor precisa tomar sua prática como objeto de reflexão. Assim, ele torna-se peça fundamental da construção de seu conhecimento, do conhecimento das crianças, da proposta pedagógica da escola, de sua identidade profissional e da qualidade do serviço prestado à comunidade como um todo. (FERREIRA et al (2011, p. 32):

Segundo Ferreira et al (2011), é necessário pensar de que maneira a formação continuada pode produzir condições para que os educadores orientem suas ações pelos princípios de promoção do desenvolvimento, de democracia, de justiça social e de valorização da heterogeneidade, de respeito às diferenças.

O professor precisa compreender que um dos caminhos que trazem bons frutos é o de refletir a respeito da própria trajetória profissional. É entender como se chegou a ser educador, como é estar sendo educador e de que forma esse caminhar influencia suas ações. Essa estratégia provoca situações em que os valores, as crenças e as concepções de mundo podem ser percebidas e discutidas. Buscando dessa forma, organizar oportunidades para que novas significações possam surgir através de uma nova visão de criança. Proporcionando, assim, momentos para que novos valores, transformações e desenvolvimentos sejam possíveis.

Cada instituição precisa pensar como organizar, de forma contextualizada, situações que possibilitem aos educadores refletirem sobre suas ações. Dentro de uma proposta que garanta a articulação entre a teoria e a prática. A formação continuada precisa promover oportunidades para que os educadores avaliem e reavaliem sua atuação junto às crianças, sua postura perante a construção e reconstrução da proposta pedagógica e sua atuação como cidadão profissional. (FERREIRA, et al, 2011, p. 33).

De acordo com Ferreira et al (2011) “a formação continuada realizada na escola não precisa, nem deve ser a única”. Assim, fica evidente a necessidade de o professor educador estar sempre buscando se capacitar, participando de simpósios, congressos, até mesmo através de pesquisas. O que precisa ficar claro é que, sem a oportunidade de reflexão contextualizada, as outras formações não melhoram a qualidade das ações educativas.

O educador, mesmo já sendo adulto, também é um ser em desenvolvimento. E tem características e ritmos individuais na construção de sua identidade como educador. É preciso respeitar a heterogeneidade do grupo. Para ampliar seus conhecimentos, é fundamental que o educador realize sistematicamente uma reflexão sobre suas ações, de preferência antes e depois delas, através de planejamento e avaliação. (FERREIRA et al, 2011, p. 34).

Diante dessa afirmação é necessário pensar de que maneira a formação do professor pode produzir condições para que os educadores orientem suas ações pelos princípios de promoção do desenvolvimento, de democracia, de justiça social e de valorização e respeito às diversidades.

A partir das ideias dos autores apresentadas até o momento, vale ressaltar que, para que haja uma verdadeira mudança nas práticas docentes, há necessidade de criar espaços nas escolas para que os professores conversem sobre seus fazeres, para que troquem ideias, que tenham oportunidades de criar e experimentar novas formas de trabalhar, através de uma perspectiva crítica reflexiva, por meio de uma autoformação participada, aprimorando suas práticas, e que o erro seja encarado construtivamente, como ponto de partida para melhoramentos diários.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões desenvolvidas ao longo desta pesquisa, pode-se afirmar que é reconhecida a importância que a formação continuada exerce sobre a vida pessoal e profissional do professor. Como profissional do conhecimento, o docente precisa estar em constante processo de inovação, caso contrário será incapaz de formar sujeitos de fato atuantes na sociedade do conhecimento e de selecionar as informações mais adequadas a essa formação.

O momento atual exige que o professor trabalhe de forma diferente para atender todos os alunos ao mesmo tempo, respeitando suas habilidades e o tempo de aprender de cada um. Neste processo o professor tem a função de ser mediador entre a sociedade da informação e os alunos, para que por meio da reflexão se tornem sábios e capazes de transformar as informações em conhecimento.

A competência esperada do professor só é gerada através de uma reflexão profunda e significativa sobre sua prática, pois ser competente é uma questão de reflexão e refletir é uma questão de confiança. Para que essa competência se efetive, são necessários espaços de reflexão e discussão coletiva acerca da prática e do reflexo desta sobre a escola, a comunidade e o aluno que está formando. Esse espaço deve ser discutido e conquistado dentro do projeto político pedagógico das escolas.

Uma formação continuada de qualidade, como se pode perceber, é aquela que prepara os profissionais para se tornarem pessoas e professor críticos, reflexivos com autonomia para influenciar nas decisões escolares, na elaboração dos projetos pedagógicos, na organização do currículo e no desenvolvimento da própria formação. Acrescenta-se, no entanto, que também é aquela que desenvolve o grau de conhecimento do docente em formação, capacitando-o para ser um profissional cada vez mais proficiente.

Enfim, a formação de professores para a inclusão escolar precisa ser um processo que realmente busca garantir uma educação de qualidade. E uma escola de qualidade, necessariamente, atenderá as necessidades especiais de todos os alunos.

Para a inclusão escolar bem sucedida dos alunos com necessidades educacionais especiais é necessária uma reestruturação do sistema regular de

ensino, a qual passa, necessariamente pela formação de recursos humanos, seja em nível inicial como continuado.

Os resultados deste estudo evidenciam algumas diretrizes para uma formação de professores que realmente esteja voltada para o atendimento da diversidade. Pois para dar conta da complexidade do ensino, o professor deve selecionar o que é de melhor para a sua prática e conseqüentemente para o seu aluno. Por meio de uma prática reflexiva, ele é capaz de atender às necessidades da escola e às suas próprias enquanto educador.

Acredita-se também que para desenvolver um bom trabalho que venha de encontro com a diversidade social. O professor deve estar em constante reflexão, buscando se atualizar. Aprendendo novas metodologias e técnicas de ensino para atender da melhor forma possível sua clientela. Vivemos um momento de muitas informações, porém é preciso compreender que ser significativa hoje, amanhã poderá não ser mais, por isso o professor deve estar sempre atento e informado a respeito dos acontecimentos mundiais, para não correr o risco de passar aos alunos informações retrógradas e sem significados.

Portanto, o professor deve preparar seus alunos para saber interpretar o mundo, diferenciar o que é bom e importante para sua vida, ser capaz de construir seu próprio conhecimento, para tanto, é necessário que o professor utilize meios que possam levar os alunos a compreender o quanto sua participação é significativa na construção da história da humanidade, isto é, eles precisam compreender que devem ser sujeitos ativos nesse processo de construção social a qual faz parte.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, I. – **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2010.
- BARCELOS, V. **Formação de professores para educação inclusiva**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- BEHRENS, M. A. **Formação Continuada dos Professores e a Prática Pedagógica**. Curitiba: Universitária Champagnat, 1996.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.
- BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Especial. Brasília, DF: MEC/SEF, 2000.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.174 p.
- BASÍLIA. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político – Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria da Educação Especial, 2010.
- DEMO, P.. **Formação Permanente de Professores: educar pela pesquisa**. In MENEZES, L.C. (org) Professores: Formação e Profissão. Campinas, S.P: Autores Associados, 1996.
- FERREIRA, M. C. R.; et al. **Formação continuada de professores**: um desafio contemporâneo. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FUZARI, J. C; RIOS, T. A. **Formação continuada dos profissionais do ensino**. Cadernos Cedes. Campinas: Papyrus, 1995.
- GIL, A. C.. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 4 ed.. São Paulo: Atlas, 2002.
- LIBÂNEO, J. C.. **Igualdade e diversidade: qual proposta de escola inclusiva?** Goiânia: Educativa, 2002.
- LIBÂNEO, J. C.. Reflexidade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN,

Evandro. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito.** São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, J.R.P **Saberes pedagógicos e práticas docentes.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, M. F. ; ZANLORENZI, C. M. P. ; PINHEIRO, L. R. . **A função social da escola.** Curitiba: Intersaberes, 2012.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** São Paulo: Atlas, 1996.

MASETTO, M. T.. **Pós-Graduação e formação de Professores para o 3º Grau.** São Paulo: 1994

MOREIRA, C. E. . **Formação Continuada de Professores. Entre o imprevisto e a profissionalização.** Florianópolis: Insular, 2002.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do Futuro.** São Paulo: UNESCO, Cortez, 2001.

NÓVOA, A.. **Formação de professores e profissão docente.** Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, A.. **Formação de professores e trabalho pedagógico.** Lisboa: EDUCA, 2002.

PEREIRA, J. E. Dom. . **Formação de professores: pesquisas, representações e poder.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIMENTA, S. G. **Professor reflexivo: construindo uma crítica.** São Paulo: Cortez, 2002.

ROSA, S. P. da S.. **Fundamentos Metodológicos da Inclusão.** Curitiba: IESDE, 2003.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.

SCHÔN, D. A. **Formar professores reflexivos.** In: NÓVOA, A. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1995.

TANURI, L. M. **História da formação de professores.** In: revista Brasileira de Educação. ANPED. Nº 14, maio/jun./jul./ago., 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ZEICHNER, K. **Novos caminhos para a prática docente.** Lisboa: Dom Quixote, 1993.

SEVERINO, A. J.. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, J. C.. **A formação de professores para a mudança educativa**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOARES, M. **Refletindo a prática docente no cotidiano escolar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

WIHBY, A.; FAVARO, N. L. G.; LIMA, M. F. **Escola e os limites e possibilidades para a formação da consciência humana**. São Paulo: Cortez, 2007.